

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2013, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo principal de levar mais saúde e qualidade de vida à população e promover a preservação e a recuperação dos mananciais hídricos.

Passados 47 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado e se consolida como uma das maiores empresas públicas de saneamento do Brasil, com a responsabilidade de executar as políticas de saneamento definidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em conjunto com a Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS). Hoje, o desafio é dar concretude ao maior plano de investimentos de sua história.

O marco regulatório do saneamento básico, no Brasil, foi institucionalizado pela Lei nº 11.445/07. Desde então, cada vez mais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da SEHABS e da CORSAN, vem fortalecendo as instâncias técnicas e de gestão com o propósito de ampliar e qualificar o abastecimento de água e levar o esgotamento sanitário a todas as regiões do Estado, rumo à universalização dos serviços de saneamento básico.

Hoje, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 320 municípios e leva água de qualidade para 6,6 milhões de pessoas. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, a Companhia possui a concessão em 256 municípios. A política de subsídio cruzado viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Esse equilíbrio é necessário para garantir o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente. No total, 256 municípios já renovaram a parceria com a Companhia, mediante a assinatura dos contratos de programa.

A regulação dos novos contratos assinados entre a CORSAN e os municípios gaúchos referentes à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é de competência da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS (AGERGS).

A CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado, é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual. De acordo com a Revista Exame (Edição Especial Melhores e Maiores – julho 2013), a Companhia mantém a 30ª posição na classificação das 50 maiores estatais por vendas. Já na análise das 100 maiores empresas da região sul do país, a Companhia em 2012 ficou com a 38ª posição e em 2011 estava na 41ª posição, conforme Revista Exame. Em relação ao indicador riqueza/emprego está em 116.210, ficando em 6º, considerando-se empresas de vários setores do Rio Grande do Sul.

Neste exercício, os serviços de abastecimento de água prestados pela CORSAN foram estendidos para 88.184 novas economias, beneficiando aproximadamente mais 234 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 20.313 novas economias, beneficiando aproximadamente 54 mil pessoas.

A questão do saneamento é uma das pautas em maior evidência no Brasil. Hoje, vivemos um novo momento no setor, em que as companhias passaram a enfrentar cobrança mais efetiva do poder concedente e a concorrência do setor privado. Com o objetivo de fazer frente a esse cenário e suas variantes futuras, o Governo do Estado priorizou o fortalecimento da CORSAN, buscando proporcionar estrutura organizacional eficiente e atualizada.

As mudanças administrativas incluem a descentralização da gestão, a agilização dos processos e a ampliação dos canais de comunicação com o usuário com o objetivo de prestar um serviço público eficiente e ao alcance de todos. Para nortear esse conjunto de melhorias e se reposicionar no mercado, a Companhia realizou em 2013 o Programa de Aprimoramento Institucional, com ênfase no planejamento estratégico, na gestão de custos e na sustentabilidade econômica e financeira.

Nesse contexto, o planejamento econômico-financeiro de curto e longo prazo, alinhado ao Planejamento Estratégico da Companhia e à Gestão de Custos Eficientes, especifica as ações futuras, buscando a previsão do resultado dessas ações e oferecendo aos administradores uma poderosa ferramenta para a tomada de decisões.

Em 2013, a Companhia obteve a Certificação "Top Consumidor – Excelência nas Relações de Consumo e Respeito ao Meio Ambiente, na Categoria de Empresa Pública", em reconhecimento ao esforço no fomento às boas relações de consumo e práticas de sustentabilidade, pelo segundo ano consecutivo. Também obteve mais uma vez a certificação de Responsabilidade Social concedida pela Assembleia Legislativa pela apresentação dos resultados relativos ao ano de 2012.

A CORSAN teve participação destacada no 27º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Goiânia. Colaboradores da Companhia obtiveram o 1º e o 2º lugares no Campeonato de Operadores, nas categorias instalação de kits de segurança de cloro de 50kg e eletromecânica.

Em 2013, a educação ambiental teve destaque por meio desenvolvimento de ações e projetos em vários municípios. O trabalho socioambiental é parte integrante do valor do investimento em projetos com recursos de financiamento. O percentual mínimo varia entre 1% e 3% e é definido a partir do impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto.

A CORSAN atua, também, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte da política de responsabilidade social corporativa, a Companhia apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

No exercício de 2013, o Governo do Estado, por meio da CORSAN, deu continuidade às obras e projetos financiados iniciados nos exercícios anteriores, em especial aos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Os projetos no âmbito do PAC 1 encontram-se em andamento com valores totais na ordem de R\$ 802 milhões.

Também os processos do PAC 2 tiveram continuidade, mediante a realização de licitações e contratações das obras e projetos. O total de recursos disponibilizados soma R\$ 918 milhões. Somente na 3ª seleção, em 2013, foram contratados projetos no montante de R\$ 856 milhões. A totalidade dos recursos será destinada à execução de obras ampliação e qualificação do abastecimento de água e do esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado. Em 2013, teve início ainda a 4ª seleção do PAC, sendo que a definição do montante dos recursos captados bem como a sua contratação estão previstos para o ano de 2014.

em milhares

Investimento Realizados em 2013			
Programa	Origem do Recurso		Totais
	Próprio	Terceiros	
Abastecimento de Água	44.700	28.200	72.900
Esgotamento Sanitário	57.323	42.703	100.025
Desenvolvimento Comercial	2.962	0	2.962
Desenvolvimento Empresarial	22.698	942	23.641
Desenvolvimento Operacional	15.429	8.009	23.438
Outros	27.829		27.829
Totais	170.941	79.854	250.795

Fonte: AGE e SUCONT

A CORSAN foi precursora, em 2013, no âmbito das administrações direta e indireta do Estado - e pioneira no Brasil em se tratando de empresas públicas voltadas ao Saneamento -, em instituir o Regime Diferenciado de Contratações - RDC, criado pela Lei nº 12.468/2011 para hipóteses específicas, dentre elas obras e serviços integrantes do PAC. Em 2013, por esta modalidade, processaram-se oito licitações, das quais seis resultaram em contratos efetivamente firmados, o que representa um êxito de 75%. O total em recursos contratados pela Companhia para a execução das obras licitadas por esse regime é de R\$ 132 milhões.

Em 2013, a CORSAN buscou também ampliar e consolidar a comunicação com os clientes. Incluindo as consultas à Unidade de Resposta Auditiva (URA), bem como os 329.736 atendimentos feitos por agentes de relacionamento, ao longo de 2013, o call center deu origem a 598.842 solicitações de 199 tipos. Foram 20,22 solicitações para cada mil economias, com abrangência de 416 localidades.

No total, 32,69% dos registros tiveram cunho operacional, 61,68% foram de natureza comercial, e 5,63% foram solicitações diversas ou genéricas. Entretanto, as operacionais tiveram impacto maior, sob o ponto de vista do encaminhamento interno, já que, em 77,83% das ocasiões, foram levadas adiante, sendo somente 22,17% meramente informativas. Já as demandas comerciais foram encaminhadas em 50,61% dos casos, e meramente informativas em 49,39% das vezes. Este resultado comprova a natureza multidisciplinar das questões tratadas no âmbito do relacionamento com o cliente, na CORSAN.

No ano de 2013 também foi realizada uma abrangente pesquisa de satisfação e expectativas de clientes em 64 localidades atendidas pela CORSAN. Conduzida por instituto contratado especificamente para este fim, a pesquisa atingiu 23.910 pessoas, e trouxe diversos dados ao conhecimento dos gestores, dentre os quais destacam-se a satisfação geral com a Companhia, com nota 78,90, e a positividade da imagem da CORSAN, que ficou em 77,34.

A CORSAN emitiu no ano passado 760 relatórios mensais sobre a qualidade da água tratada e disponibilizou para todos os municípios onde atua, de acordo com a orientação do Ministério da Saúde. Também foram gerados 9.120 relatórios com certificação digital, para o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA). Como o esgotamento sanitário é uma demanda crescente na Companhia, houve investimentos na aquisição de equipamentos para o Laboratório Central de Esgotos.

Na área operacional, além de várias medidas para aprimorar a gestão e reduzir perdas, a Companhia substituiu 184.751 metros de redes de água e implantou 210.675 metros de novas tubulações. Entre os avanços registrados no ano passado está a implementação de automações e telemetria em mais de trinta localidades, incluindo a implantação de supervisórios e centros de controle operacional. Com o acompanhamento e análise dos dados monitorados, foram possíveis diversos ajustes operacionais, com ganhos em termos de redução do consumo de energia elétrica, redução de perdas de água e agilização de manutenções de rede de abastecimento de água, em especial, pela antecipação na detecção de vazamentos.

Em 2013, a CORSAN também aprimorou os processos para o desenvolvimento da política de recursos humanos. Com o Concurso Público, a Companhia vem recuperando o efetivo de pessoal, passando dos 4.861 empregados em 2012 para 5.206 em 2013. O Programa de Reabilitação Profissional assegurou o retorno ao trabalho de 25 empregados em 2013, contra a inclusão de 14 empregados em 2012. Somente para garantir a aquisição de equipamentos de proteção individuais (EPI), a CORSAN destinou o montante de R\$ 2 milhões em 2013, contra R\$ 750,8 mil desembolsados em 2012.

O Programa de Aprendizagem e Capacitação 2013 representou um investimento de mais de R\$ 2 milhões, mais que dobrando o número de oportunidades que passaram por 7634 participações de empregados. As negociações coletivas resultaram na manutenção das vantagens históricas conquistadas pelos empregados, na continuidade da recuperação de perdas com o aumento salarial acima do INPC, na ampliação de importantes vantagens sociais e na instituição da gratificação de estímulo técnico para os empregados do nível superior.

Em 2013, a CORSAN distribuiu ao quadro de empregados o total de R\$ 26,8 milhões pelo desempenho sobre as metas estratégicas setoriais e corporativas, o que representa incremento de 5,3% em relação à 2012.

A CORSAN, com foco no cliente, também agregou esforços à sua Gestão Corporativa, visando à consolidação e ampliação das estruturas organizacional, funcional e operacional, efetivando o estreitamento das ações junto à carteira de clientes ativos, cadastrados e aos novos demandantes que necessitarão de inserção no sistema de saneamento dos diversos municípios do Estado.

A CORSAN trabalha ainda a readequação do subsídio residencial social para famílias de baixa renda em conformidade com a política governamental de inclusão e de promoção da igualdade. O objetivo principal dessa iniciativa é corrigir distorções sociais e levar o subsídio às famílias que efetivamente fazem jus ao recebimento do desconto por meio da Tarifa Social.

O mercado da Companhia, no período de 2013 evidencia comercialização, medida, de 275.034.801 m³ de água potabilizada nas diversas comunidades atendidas pela CORSAN, o que indica crescimento de 1,63%, atingindo a universalização deste serviço. Para atendimento das metas estabelecidas pela gestão, a política comercial está substanciada na otimização da medição, renovação do parque de hidrômetros, adequação de ligações novas, redução da evasão de clientes, renovação do parque de coletores de dados e controle da inadimplência, entre outros.

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela Excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	ATIVO		
		31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado nota 4)	1/1/2012 (reapresentado nota 4)
CIRCULANTE		445.199	389.233	402.010
Caixa e equivalentes de caixa	6	35.467	27.168	76.665
Aplicações financeiras	6	23.413	25.085	16.923
Contas a receber de clientes	7	227.797	213.844	213.461
Estoques	8	52.224	41.079	34.431
Depósitos Judiciais	20	79.300	67.226	49.452
Impostos recuperar		15.833	5.296	-
Outros créditos	10	11.165	9.545	11.078
NÃO CIRCULANTE		2.862.248	2.848.385	2.400.019
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		706.523	977.317	761.975
Contas a receber de clientes	7	5.761	5.142	9.227
Depósitos judiciais	20	92.829	75.050	109.525
Aplicações no caixa único do estado		4	458	176
Ativos financeiros – contratos de concessão	11	303.375	411.681	393.852
Créditos fiscais diferidos	9	294.417	475.041	241.380
Depósitos em garantia	16	2.990	2.753	-
Outros créditos	10	7.147	7.192	7.815
INVESTIMENTOS		911	911	811
IMOBILIZADO	12	86.625	83.180	84.064
INTANGÍVEL	13	2.068.189	1.786.977	1.553.169
TOTAL ATIVO		3.307.447	3.237.618	2.802.029

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
		31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado nota 4)	1/1/2012 (reapresentado nota 4)
CIRCULANTE		568.541	472.990	435.237
Empréstimos e financiamentos	15	47.075	90.000	85.876
Debêntures	16	426	45	-
Fornecedores	17	120.549	95.549	94.125
Impostos e contribuições		38.434	36.160	33.204
Impostos e contribuições – parcelamentos		-	402	1.170
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	21.647	21.607	19.629
Ordenados, férias e encargos a pagar		52.344	47.235	42.361
Provisões para riscos trabalhistas	20	163.968	83.285	48.849
Participação nos resultados		26.847	25.321	26.758
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.a	78.384	62.912	74.679
Outros débitos	18	18.867	10.474	8.586
NÃO CIRCULANTE		1.601.076	2.172.301	1.507.773
Empréstimos e financiamentos	15	293.612	305.516	311.578
Debêntures	16	36.695	16.102	-
Fornecedores	17	2.530	5.614	13.342
Impostos e contribuições – parcelamentos	17	-	-	390
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	118.475	129.251	131.399
Contratos de repasse	19	4.315	3.248	-
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	128.487	173.862	214.971
Provisão para benefício pós-emprego	21	1.004.665	1.527.981	824.025
Débitos fiscais diferidos	9	12.297	10.727	12.068
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.076.086	558.243	843.840
Capital social		657.351	657.351	657.351
Reservas de capital		17.148	17.148	17.148
Reservas de lucros		569.605	450.314	258.113
Outros resultados abrangentes		(168.018)	(566.570)	(88.772)
Adiantamento para futuro aumento de capital		61.744	34.084	15.179
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	22	1.137.830	592.327	859.019
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.307.447	3.237.618	2.802.029

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

NOTA	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
	2013	2012 (Reapresentado nota 4)
RECEITA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	1.812.215	1.732.370
Custos das vendas, serviços e de construção	(1.126.819)	(1.066.890)
LUCRO BRUTO	685.396	665.480
Despesas comerciais	(53.097)	(34.568)
Despesas administrativas	(401.958)	(298.450)
Outras receitas operacionais	6.749	7.429
Outras despesas operacionais	(10.329)	(11.359)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(4.097)	2.619
Receitas financeiras	55.338	62.123
Despesas financeiras	(59.435)	(59.504)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	222.664	331.151
Contribuição social e imposto de renda - Corrente	(95.840)	(82.218)
Contribuição social e imposto de renda - Diferido	40.627	(11.292)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	167.451	237.641
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,31510	0,44718

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas	2.003.391	1.900.298
Vendas de mercadorias e serviços	1.763.216	1.649.440
Receitas de construção	214.026	239.939
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	25.150	10.984
Outras receitas	999	(65)
Insumos adquiridos de terceiros	(710.046)	(674.577)
Custos dos serviços	(539.266)	(587.812)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(144.847)	(115.387)
Outros	(25.933)	28.622
Valor adicionado bruto	1.293.345	1.225.721
Depreciação e amortização	82.348	62.844
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.210.997	1.162.877
Valor adicionado recebido em transferência	60.959	69.552
Receitas financeiras	55.338	62.123
Doações e subvenções	5.621	7.429
Valor adicionado total a distribuir	1.271.956	1.232.429
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	711.296	579.223
Remuneração	419.171	378.112
FGTS	23.223	21.259
Benefícios	147.687	57.962
Fundo de previdência	121.215	121.890
Impostos, taxas e contribuições	310.436	334.444
Federal	300.830	323.266
Estadual	7.659	7.394
Municipal	1.947	3.784
Remuneração de capitais de terceiros	82.773	81.120
Despesas financeiras	59.435	59.504
Aluguéis	23.338	21.616
Remuneração de capitais próprios	167.451	237.642
Juros sobre o capital próprio	49.381	47.742
Lucros retidos	118.070	189.900
Total do valor adicionado distribuído	1.271.956	1.232.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	2013	2012
		(Reapresentado nota 4)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	167.451	237.641
Outros resultados abrangentes	-	-
Ganho(perda) atuarial - FUNCORSAN	21 605.716	(720.448)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(205.943)	244.952
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	567.224	(237.855)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		
		Auxílio para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 1 de janeiro de 2012	657.351	9.262	7.886	40.041	109	273.138	91.261	1.079.048	15.179	1.094.227
Mudanças em políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste pela adoção CPC 33 R 1 (nota 4)	-	-	-	-	-	-	(180.033)	(55.175)	-	(235.208)
Saldos em 1 de janeiro de 2012 (ajustados)	657.351	9.262	7.886	40.041	109	273.138	(88.772)	843.840	15.179	859.019
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	18.905	18.905
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(2.302)	2.302	-	-
Lucro líquido do exercício (originalmente publicado)	-	-	-	-	-	-	-	182.466	-	-
Mudanças em políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste pela adoção CPC 33 R 1 (nota 4)	-	-	-	-	-	-	(475.496)	55.175	(475.496)	(475.496)
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	-	237.641	-	237.641
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:										
Juros sobre o capital próprio	22.d	-	-	-	-	-	-	(47.742)	(47.742)	(47.742)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	9.123	1	127.902	-	(137.026)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	657.351	9.262	7.886	49.164	110	401.040	(566.570)	558.243	34.084	592.327
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	27.660	27.660
Realização da reserva de reavaliação	22.c	-	-	-	-	-	(1.221)	1.221	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	167.451	-	167.451
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	399.773	399.773	-	399.773
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:										
Juros sobre o capital próprio	22.d	-	-	-	-	-	-	(49.381)	(49.381)	(49.381)
Constituição de reservas	22.e	-	-	8.372	104	110.815	-	(119.291)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	657.351	9.262	7.886	57.536	214	511.855	(168.018)	1.076.086	61.744	1.137.830

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do

meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Atua em 320 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 56 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 256 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2013, há 18 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2014. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pela caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e a final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.3) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.5) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avarias ou obsolescência.

2.6) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios.....	25 anos
• Máquinas.....	10 anos
• Veículos.....	5 anos
• Demais bens móveis.....	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente. Em 31 de dezembro de 2013, revisou e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos.

2.8) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro – trazido a valor presente – referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
• Sistemas de água.....	60 anos.....	25 anos
• Sistemas de esgoto.....	60 anos.....	25 anos
• Bens de uso geral.....	10 anos.....	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.9) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.10) Provisões

Gerar

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Desde 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como comentado na nota 4.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.12) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COPFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS – Imposto sobre serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (4% em 2013 e 2012). A Companhia revisa anualmente suas margens. Em 31 de dezembro de 2013 não foram identificadas alterações relevantes. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração do Patrimônio Líquido. A Companhia imputa o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às aquisições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2013 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e conseqüentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.19) Programa de participação nos resultados – PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.20) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um moeda ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.21) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhora-

rão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

As premissas utilizadas estão descritas na nota 21.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a funcionários, nos termos descritos pelo IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor” conforme parágrafo 92 do IAS 19. A partir de 2013 foi aplicada a norma revisada da IAS 19 aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012 onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	31 de Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante	396.836	(7.603)	389.233	402.010	–	402.010
Não circulante (b)	2.510.689	337.696	2.848.385	2.278.851	121.168	2.400.019
Total do Ativo	2.907.525	330.093	3.237.618	2.680.861	121.168	2.802.029
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante	480.593	(7.603)	472.990	435.237	–	435.237
Não Circulante (a)	1.179.076	993.225	2.172.301	1.151.397	356.376	1.507.773
Patrimônio Líquido (c)	1.247.856	–	592.327	1.094.227	–	859.019
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.907.525	330.093	3.237.618	2.680.861	121.168	2.802.029

	Lucro Líquido	
	2012	2011
Saldo Publicado	182.466	
Ajustes		
Perda atuarial diferida (d)	83.600	
Imposto diferido (e)	(28.425)	
Saldo ajustado	237.641	

- Os ajustes registrados no Passivo Não Circulante referem-se ao reconhecimento de perdas atuariais decorrentes da adoção da nova prática contábil conforme a Deliberação CVM nº 695/12.
- Os ajustes registrados no Ativo Não Circulante referem-se a crédito tributário gerado pelo reconhecimento das perdas atuariais.
- Os ajustes registrados no Patrimônio Líquido referem-se ao reconhecimento das perdas atuariais, líquido dos efeitos de crédito tributário.
- Ajuste referente a reversão de despesa de passivo atuarial apurado em 31/12/2011, e diferido no exercício de 2012.
- Ajuste referente a reversão de crédito tributário constituído sobre passivo atuarial apurado em 31/12/2011.

5. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS AINDA NÃO EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 32 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Essas alterações esclarecem o significado da expressão “atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar”. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Esta interpretação se aplica à exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subseqüentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Depósitos bancários	35.304	25.216	56.386
Aplicação de liquidez imediata	163	1.952	20.279
	35.467	27.168	76.665

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizam R\$ 23.413 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 25.085 em 31 de dezembro de 2012 e R\$16.923 em 01 de janeiro de 2012) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2012) do CDI, com liquidez diária.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contas a receber vincendas			
Particular	116.579	120.320	113.024
Pública	6.696	4.614	4.181
Contas a receber vencidas			
Particular	57.784	47.173	47.064
Pública	15.074	33.532	56.005
Receitas a faturar	48.101	49.173	49.224
Total de contas a receber	244.234	254.812	269.498
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.676)	(35.826)	(46.810)
	233.558	218.986	222.688
Circulante	227.797	213.844	213.461
Não circulante	5.761	5.142	9.227

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública
Créditos vencidos – 01 a 30 dias	32.460	4.009	33.077	3.000	32.942	2.606
Créditos vencidos – 31 a 90 dias	12.378	3.887	6.666	3.187	4.748	5.034
Créditos vencidos – 91 a 180 dias	4.742	3.530	4.522	2.878	4.595	6.334
Créditos vencidos – 181 a 360 dias	1.978	735	1.251	494	1.084	7.304
Créditos vencidos – mais de 360 dias	6.226	2.913	1.657	23.973	3.695	34.727
	57.784	15.074	47.173	33.532	47.064	56.005

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta receitas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.13).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Saldo no início do exercício	(35.826)	(46.810)	(34.241)
Adições	(549)	(12.372)	(12.586)
Reversões	25.699	23.356	17
Saldo no final do exercício	(10.676)	(35.826)	(46.810)

8. ESTOQUES

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Tubulações de água e esgoto	16.923	14.824	18.351
Materiais de tratamento/laboratório	22.263	15.977	7.943
Materiais diversos	13.038	10.278	8.137
	52.224	41.079	34.431

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Classificados no Ativo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	294.417	475.041	241.380
Classificados no Passivo			
Pasep e Cofins diferidos	12.297	10.727	12.068

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias			
Passivo atuarial	1.004.665	1.527.981	824.025
Provisão para provisão adicional a Fundação CORSAN	3.792	3.793	-
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	292.455	237.147	243.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.676	35.826	46.810
Provisão para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	46.722	38.681	31.686
Provisões para perdas – outras	19.710	19.963	33.543
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	37.866	87.480	86.376
Reserva de reavaliação	(79.512)	(89.489)	(93.685)
Efeitos da adoção do ICPC01 – contratos de concessão	(277.843)	(246.121)	(192.291)
Encargos financeiros capitalizados	(180.141)	(192.903)	(205.654)
Varição cambial tributada por regime de caixa	(29.536)	(42.486)	(53.303)
Outras provisões e diferenças temporárias	17.077	17.308	(11.386)
Total das diferenças temporárias	865.931	1.397.180	709.941
Alíquota vigente	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	294.417	475.041	241.380

Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	222.664	331.151
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(75.706)	(112.591)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	16.790	16.232
Incentivos fiscais	4.844	3.809
Provisão causas fiscais	20.000	-
Denúncia espontânea	(4.691)	-
Tributos diferidos sobre Parcelamento Fundação Corsan	(15.437)	-
Outras diferenças permanentes	(1.013)	(958)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(55.213)	(93.509)
Corrente	(95.840)	(82.218)
Diferido	40.627	(11.291)
Alíquota efetiva	25%	26%

b) COFINS e PASEP Diferidos

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
COFINS e PASEP Diferidos	COFINS	PASEP	TOTAL	COFINS	PASEP	TOTAL	COFINS	PASEP	TOTAL
Diferimento receita de órgãos públicos	-	-	-	-	-	-	3.081	669	3.750
RTT	10.103	2.194	12.297	8.813	1.914	10.727	6.834	1.484	8.318
TOTAL COFINS e PASEP	10.103	2.194	12.297	8.813	1.914	10.727	9.915	2.153	12.068
Valor passivo	(10.334)	(2.244)	(12.578)	(9.173)	(1.992)	(11.165)	(9.915)	(2.153)	(12.068)
Valor ativo	231	50	281	360	78	438	-	-	-

c) MP 627 e IN RFB 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

10. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Créditos com prefeituras municipais	2.692	3.035	4.012
Adiantamento de férias	6.972	6.542	6.492
Indenizações judiciais a receber	3.575	3.574	3.569
Por serviços ou obras prestados a terceiros	2.036	978	1.055
Valores a compensar	1.916	1.915	1.935
Créditos diversos	1.121	693	1.830
	18.312	16.737	18.893
Circulante	11.165	9.545	11.078
Não circulante	7.147	7.192	7.815

11. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 303.375 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 411.681 em 31 de dezembro de 2012). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos Financeiros	694.370	718.116	718.453
(-) Ajuste a valor presente	(390.995)	(306.435)	(324.601)
	303.375	411.681	393.852

Movimentação do ativo financeiro:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	411.681	393.852
Realização de AVP	8.074	18.166
Reclassificação	(116.043)	-
Bens em comodato	(337)	(337)
Saldo no final do exercício	303.375	411.681

Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandato de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$31.696 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguai, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$8.620 (R\$8.620 em 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012) e foi reclassificado para o ativo financeiro em 2011.

12. IMOBILIZADO

	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Custo				
Saldos em 01/01/2012	22.190	265.318	23	287.531
Adições	-	12.262	-	12.262
Baixas	(21)	-	-	(21)
Transferências	-	3.188	-	3.188
Provisões	-	(4.771)	-	(4.771)
Saldos em 31/12/2012	22.169	275.997	23	298.189
Adições	-	17.248	24	17.272
Baixas	-	(2.853)	-	(2.853)
Transferências	16	(2.020)	-	(2.004)
Saldos em 31/12/2013	22.185	288.372	47	310.604
Depreciação				
Saldos em 01/01/2012	(14.408)	(189.059)	-	(203.467)
Depreciações	(884)	(10.658)	-	(11.542)
Saldos em 31/12/2012	(15.292)	(199.717)	-	(215.009)
Depreciações	(884)	(10.901)	-	(11.785)
Baixas	-	2.815	-	2.815
Saldos em 31/12/2013	(16.176)	(207.803)	-	(223.979)
Saldos líquidos em 01/01/2012	7.782	76.259	23	84.064
Saldos líquidos em 31/12/2012	6.877	76.280	23	83.180
Saldos líquidos em 31/12/2013	6.009	80.569	47	86.625



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 9.064 (R\$ 8.826 em 31 de dezembro de 2012), R\$ 1.165 (R\$ 1.143 em 31 de dezembro de 2012) como despesa comercial e R\$ 1.556 (R\$ 1.573 em 31 de dezembro de 2012) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

13. ATIVO INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água		Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Saldos em 01/01/2012	482.947	330.509	50.793	756.297	1.620.546	
Adições	7.710	3.086	8.983	268.563	288.342	
Baixas	(26)	(13)	(5)	-	(44)	
Transferências	14.925	3.401	1.583	(23.097)	(3.188)	
Saldos em 31/12/2012	505.556	336.983	61.354	1.001.763	1.905.656	
Adições	10.753	3.217	10.427	189.629	214.026	
Baixas	(426)	-	(817)	-	(1.243)	
Transferências	157.195	51.555	37.336	(108.246)	137.840	
Saldos em 31/12/2013	673.078	391.755	108.300	1.083.146	2.256.279	
Amortização						
Saldos em 01/01/2012	(44.046)	(15.911)	(7.420)	-	(67.377)	
Amortizações	(29.868)	(15.797)	(5.637)	-	(51.302)	
Saldos em 31/12/2012	(73.914)	(31.708)	(13.057)	-	(118.679)	
Amortizações	(42.898)	(18.609)	(9.056)	-	(70.563)	
Baixas	376	-	776	-	1.152	
Saldos em 31/12/2013	(116.436)	(50.317)	(21.337)	-	(188.090)	
Saldos líquidos em 01/01/2012	438.901	314.598	43.373	756.297	1.553.169	
Saldos líquidos em 31/12/2012	431.642	305.275	48.297	1.001.763	1.786.977	
Saldos líquidos em 31/12/2013	556.642	341.438	86.963	1.083.146	2.068.189	

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 70.563 (R\$ 51.302 em 31 de dezembro de 2012).

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos tem vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 12.094 (R\$ 16.129 em 31 de dezembro de 2012). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,3% a.a.

14. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante			Não circulante		
				31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/14	11.041	46.192	40.860	-	10.623	51.075
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	14.581	13.458	8.364	118.590	127.433	101.258
BID - Projeto "Pro-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	9.700	8.583	7.988	51.284	52.192	54.753
Caixa Econômica Federal				9.206	18.501	21.808	98.972	90.233	81.600
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	17/02/30	4.768	4.024	8.944	96.751	82.522	59.417
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8,27%	28/12/15	4.438	14.477	12.864	2.221	7.711	22.183
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	239	239	620	277	513	748
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	145	146	146	971	1.007	1.039
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.851	2.516	5.829	20.021	19.762	17.977
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	312	365	261	3.497	3.753	3.128
				47.075	90.000	85.876	293.612	305.516	311.578

O O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica da Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Os contratos da Companhia não tem cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2015	33.254
2016	30.741
2017	30.448
2018	30.432
2019	30.409
Após 2019	138.328
	293.612

16. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

Poderão ser emitidas 100 debêntures no valor total de R\$ 57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira, 30 debêntures na segunda série e 42 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2013 os recursos da primeira e segunda emissão foram captados. Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022. Os recursos das debêntures ingressaram na Companhia, no mês de abril de 2012, no montante de R\$16.102. Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023. Os recursos das debêntures ingressaram na Companhia, no mês de março de 2013, no montante de R\$ 17.253.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante			Não circulante		
			31/12/2013	31/12/2012	1/1/2012	31/12/2013	31/12/2012	1/1/2012
1ª Emissão	TJLP	1,92 %	45	45	-	16.102	16.102	-
2ª Emissão	IPCA	1,92%	381	-	-	20.593	-	-
			426	45	-	36.695	16.102	-

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$ 2.220. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$ 2.990 (R\$2.753 em 31 de dezembro de 2012).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total Investimentos / Receita Líquida	Igual ou superior a 1,9
	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está cumprindo estes compromissos.

17. FORNECEDORES

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Fornecedores de materiais e serviços	116.166	86.935	84.257
Parcelamento - DMAE	-	4.460	9.575
Parcelamento - Fundação (Nota 23b.2)	6.913	9.768	13.635
	123.079	101.163	107.467
Circulante	120.549	95.549	94.125
Não circulante	2.530	5.614	13.342

O parcelamento com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante dos compromissos com fornecedores, não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2015	2.530
	2.530

18. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Consignações a recolher	4.399	4.034	3.798
Depósitos e retenções contratuais	7.267	3.391	2.817
Custo regulação AGERGS *	495	364	312
Convênio Sesi	823	667	-
Outras contas a pagar	5.883	2.018	1.659
	18.867	10.474	8.586

*Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos

19. CONTRATO DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO - OGE

Foi assinado contrato de repasse entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que tem por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$ 4.315. Até 31 de dezembro de 2013 foi repassado o valor de R\$ 4.315 (R\$ 3.248 em 31 de dezembro de 2012).

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	180.150	76.997	163.062	100.758	121.504	99.392
Adições	108.109	72.157	119.487	29.230	137.602	51.942
Saques / reversões	(93.749)	(56.706)	(106.572)	(55.125)	(99.855)	(52.877)
Despesa financeira	4.371	1.129	4.173	2.134	3.811	2.301
Saldo Final	198.881	93.574	180.150	76.997	163.062	100.758
Total	292.455	257.147			263.820	
Circulante	163.968	83.285			48.849	
Não circulante	128.487	173.862			214.971	

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Saldo inicial	142.276	156.369	126.902
Adições	169.368	184.582	130.270
Saques / Reversões	(139.515)	(198.675)	(98.195)
Saldo Final	172.129	142.276	158.977
Circulante	79.300	67.226	49.452
Não circulante	92.829	75.050	109.525

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) *Processo 01292.001/86 - O SINDIÁGUA* - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 53.190 (R\$ 50.029 em 31 de dezembro de 2012).

b) *Outras Reclamatórias trabalhistas* - Estas se referem a Reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.270 ações. Em 31 de dezembro de 2013 a provisão referente a outras Reclamatórias trabalhistas totaliza R\$145.669 (R\$130.121 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 67.498 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 50.013 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 54.098 em 01 de janeiro de 2012).

Ações cíveis e fiscais

a) *Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda (e como solidária Andrade Gutierrez)* - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda no montante de R\$20.761.

b) *Outras Reclamatórias* - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 1.743 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$71.676 (R\$55.108 em 31 de dezembro de 2012 e R\$67.811 em 01 de janeiro de 2012).

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado.

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos		(Reapresentado)	
Plano de benefício definido	495.186	888.410	368.436
Sistema de assistência IPÉ-SAÚDE	76.502	102.321	72.859
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	432.977	537.250	382.730
	1.004.665	1.527.981	824.025

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo):

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
			(Reapresentado)
(1) Obrigações atuariais	1.518.737	1.930.592	1.255.727
(2) Valor justo dos ativos do plano	(883.429)	(891.324)	(736.263)
(3) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (1+2)	635.308	1.039.268	519.464
(4) Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 23.b)	(140.122)	(150.858)	(151.028)
(5) Passivo atuarial provisionado (3+4)	495.186	888.410	368.436

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$140.122 em 31 de dezembro de 2013 (R\$150.858 em 31 de dezembro de 2012 e R\$151.028 em 01 de janeiro de 2012).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2013 e 2012 foi a seguinte:

	2013	2012
		(Reapresentado)
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	1.039.268	519.464
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	99.359	75.395
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(60.725)	(58.218)
(4) Outros resultados abrangentes	(442.594)	502.627
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3+4)	635.308	1.039.268

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2013, assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2014 são explicadas no quadro a seguir:

	2014	2013
		(Reapresentado)
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	25.654	40.015
(2) Contribuições esperadas de participantes	(51.581)	(30.982)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	200.460	173.027
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(72.708)	(82.701)
(5) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	101.825	99.359

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2013	2012
	(Reapresentado)	
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.930.593	1.255.727
Custo do serviço corrente bruto	37.230	21.218
Juros sobre obrigação atuarial	152.979	131.230
Benefícios pagos no ano	(99.359)	(75.395)
(Ganhos)/perdas atuariais	(502.706)	597.813
Valor das obrigações atuariais no final do ano	1.518.737	1.930.593

Evolução do valor justo dos ativos

	2013	2012
	(Reapresentado)	
Valor justo dos ativos no início do ano	891.324	736.263
Benefícios pagos durante o exercício	(99.359)	(75.395)
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	32.754	32.540
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	60.725	58.218
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(2.015)	139.698
Valor justo dos ativos no fim do ano	883.429	891.324

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS. A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN. Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		(Reapresentado)	
(1) Obrigações atuariais	76.502	102.321	76.859
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
(3) Passivo atuarial provisionado	76.502	102.321	76.859

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2013 e 2012 foi a seguinte:

	2013	2012
	(Reapresentado)	
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	102.321	62.086
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado	10.018	10.331
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(2.416)	(4.340)
(4) Outros resultados abrangentes	(33.421)	34.244
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3+4)	76.502	102.321

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2013, assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2014, são explicadas no quadro a seguir:

	2014	2013
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	2.023	471
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	10.592	9.547
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	-	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	12.615	10.018

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2013	2012
	(Reapresentado)	
Valor das obrigações atuariais no início do ano	102.321	72.859
Custo do serviço corrente bruto	2.193	1.979
Juros sobre obrigação atuarial	7.405	7.530
Benefícios pagos no ano	(2.416)	(4.340)
(Ganhos)/perdas atuariais	(33.001)	24.293
Valor das obrigações atuariais no final do ano	76.502	102.321

c) Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"

A CORSAN assegura um benefício de Suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2013 - 2014.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) *Indenização de pagamento único*

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2012;
 - Ter 54 anos de idade completos ou mais;
 - Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN no período anterior a 01 de maio de 2011;
- O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 220.000, conforme segue:
- 54 anos: 21 remunerações base;
 - 55/56 anos: 19 remunerações base;
 - 57/58 anos: 17 remunerações base;
 - 59/60 anos: 10 remunerações base;
 - 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar desligado da CORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		(Reapresentado)	
(1) Obrigações atuariais	432.977	537.250	382.730
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
(3) Passivo/(ativo) atuarial provisionado	432.977	537.250	382.730

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2013 e 2012 foi a seguinte:

	2013	2012
	(Reapresentado)	
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	537.250	113.811
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	74.167	152.356
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(48.739)	(58.951)
(4) Outros resultados abrangentes	(129.701)	330.034
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3+4)	432.977	537.250

A origem da despesa reconhecida durante os anos de 2013 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2014 são explicadas no quadro a seguir:

	2014	2013
	(Reapresentado)	
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	16.220	27.713
(2) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	55.802	46.454
(5) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	72.022	74.167

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2013	2012
	(Reapresentado)	
Valor das obrigações atuariais no início do ano	537.250	382.730
Custo do serviço corrente bruto	27.713	12.858
Juros sobre obrigação atuarial	14.963	35.157
Benefícios pagos no ano	(48.739)	(58.951)
(Ganhos)/perdas atuariais	(98.210)	165.456
Valor das obrigações atuariais no final do ano	432.977	537.250

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	2013	2012
Econômicas e financeiras		
Taxa de desconto atuarial - real	6,50% a.a.	3,80% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	13,63% a.a.	9,14% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	6,5% a.a.	3,80% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	13,63% a.a.	9,14% a.a.
Taxa de crescimento salarial - nominal*	2,00% a.a.	2,00% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	Não considerado	Não considerado
Inflação projetada	5,83% a.a.	5,14% a.a.
Fator de capacidade	98,00%	98,00%

* o crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade 54 anos.

	2013	2012
Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT 83 male	AT 83 male
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS	AT 49 male
Tábua de entrada de invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade
Composição familiar	Benefícios a conceder: Família Real Informada	Benefícios a conceder: Família Real Informada
	Benefícios concedidos: Família Real Informada	Benefícios concedidos: Família Real Informada

O retorno real sobre os ativos do plano em 2013 foi de (R\$2.015) (R\$86.846 em 2012).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2006 porcentagem ou faixa de porcentagem
	2013	2012	
Renda fixa	79,59%	76,54%	100%
Renda variável	9,23%	10,64%	70%
Carteira de imóveis	6,86%	7,87%	8%
Empréstimos	3,99%	4,55%	15%
Outros	0,33%	0,40%	20%
Total	100%	100%	

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2013, onde 643 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 585 funcionários já haviam se desligado da empresa. No exercício a despesa com desligamento foi de R\$48.739 (R\$58.951 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPÉ SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$82.399. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base. Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, desde de 1º de janeiro de 2013 os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida a conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 2013 a Companhia registrou atuarialmente a perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 de R\$387.509, conforme demonstrado na nota 4.

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Funcorsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Funcorsan.

Política de investimentos

A Funcorsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos. O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

- A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:
 - Contribuição de participantes ativos e assistidos;
 - Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan;
 - Receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Funcorsan delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2013 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho deliberativo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 01 de janeiro de 2012, o capital social da Companhia é de R\$657.351, estando assim representado:

Acionistas	Ações		Total de ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
	ordinárias	preferenciais				
Estado do Rio Grande do Sul	265.709.454		531.418.908	99,99999247298	99,99999247298	99,99999247298
Prefeitura Municipal de Estrela	5		10	0,00000188175	0,00000188175	0,00000188175
Prefeitura Municipal de Carazinho	3		6	0,00000112905	0,00000112905	0,00000112905
Prefeitura Municipal de São Marcos	2		4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Muçum	2		4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2		4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Lajeado	2		4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Quaraí	2		4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2		4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
	265.709.474	265.709.474	531.418.948	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação do patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2013 monta R\$ 87.738 (R\$ 88.959 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 91.261 em 1º de janeiro de 2012).

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$1.221, líquido dos efeitos tributários (R\$ 2.302 em 31 de dezembro de 2012).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui registrado uma perda atuarial de R\$ 255.756 líquidos dos efeitos de créditos tributários (R\$655.529 em 31 de dezembro de 2012 e R\$180.033 em 1º de janeiro de 2012).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária. O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme demonstra a seguir:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	167.451	182.466
(-) Reserva legal (5%)	(8.372)	(9.123)
Base de cálculo para dividendos	159.079	173.343
Dividendo mínimo obrigatório	39.770	43.336
Juros sobre capital próprio imputado ao dividendo	49.381	47.742
Dividendo complementar proposto	-	-
Total	49.381	47.742
	31%	28%

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são, conforme demonstrado a seguir:

Dividendos /Juros sobre o capital próprio	Total de Dividendos	JSCP - valor líquido	Dividendo propostos
Ações ordinárias	23.515	23.515	-
Ações preferenciais	25.866	-	-
	49.381	49.381	-

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 49.381 (R\$ 47.742 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$16.789 (R\$16.232 em 31 de dezembro de 2012) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF).

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito a aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$110.815 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$61.744 (R\$34.084 em 31 de dezembro de 2012), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irrevogáveis.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2013	31/12/2012	1/1/2012
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	15.523	13.166	38.374
Aplicações no caixa único do Estado	4	458	176
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(78.384)	(62.912)	(58.187)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	-	-	(16.492)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. Em 26 de dezembro de 2013, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$1.900, referente a rendimentos das aplicações efetuadas no caixa único do estado.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

Composição da Dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
				31/12/2013	31/12/2012	1/1/2012	31/12/2013	31/12/2012	1/1/2012
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.935	2.777	2.621	8.089	9.751	11.073
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	15.641	14.798	13.925	74.048	80.057	83.840
Contrato 122005	(*)		01/12/18	3.071	4.032	3.083	36.338	39.443	36.486
				21.647	21.607	19.629	118.475	129.251	131.399

*o contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2013, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2015	23.915
2016	23.915
2017	23.915
2018	22.048
2019	12.341
Acima de 2019	12.341
	118.475

b.2) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 17), no montante de R\$ 6.913, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 5.910 (R\$ 3.210 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 3.245 em 01 de janeiro de 2012).

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços de abastecimento de água	1.663.449	1.555.949
Serviços de esgoto	96.553	90.588
Receita de vendas	-	7
Outras receitas de serviços prestados	3.214	2.896
Receitas de construção	214.026	239.939
Impostos sobre receita serviços	(165.027)	(157.009)
	1.812.215	1.732.370

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	2013	2012
Pessoal	692.294	643.079
Materiais	88.039	87.285
Energia elétrica	104.733	138.554
Serviços de terceiros	183.388	156.770
Gerais	125.508	112.403
Depreciações e amortizações	82.348	62.844
Provisões	99.780	(30.832)
Custos de construção	205.784	229.805
Outras receitas/despesas operacionais	3.580	3.930
	1.585.454	1.403.838
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.126.819	1.066.890
Despesas comerciais	53.097	34.568
Despesas administrativas	401.958	298.450
Outras receitas/despesas operacionais	3.580	3.930
	1.585.454	1.403.838

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2013	2012
Receitas financeiras	55.338	62.123
Acrescimos por inadimplementos	21.901	20.958
Variações monetárias ativas	12.870	10.643
Receitas financeiras pela realização de AVP	8.074	18.166
Variações cambiais ativas	6.561	7.850
Outras receitas financeiras	5.932	4.506
Despesas financeiras	(59.435)	(59.504)
Juros e taxas sobre financiamentos internos	(8.032)	(11.226)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(10.821)	(11.456)
Variações monetárias passivas	(26.033)	(23.982)
Variações cambiais passivas	(14.549)	(12.840)
Resultado financeiro líquido	(4.097)	2.619

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN



Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Aplicações Financeiras** – referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.
- Contas a receber** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
- Contas a pagar** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e debêntures** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.9.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de Riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	50.098	98.011	207.821	355.930
Debêntures	426	13.103	24.297	37.826
Fornecedores	120.575	2.545	-	123.120
Dívidas com Fundação Corsan	22.929	56.674	71.598	151.201
	194.028	170.333	303.716	668.077

c) Risco de mercado

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2013 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2013	(Perdas) / ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(146.532)	(1.407)	(1.172)	(1.758)	(2.198)	(2.638)
Empréstimos	TJLP	(133.171)	(5.327)	(4.439)	(6.659)	(8.323)	(9.988)
Empréstimos	US Dólar	(60.984)	6.361	15.465	(7.295)	(24.364)	(41.434)
Debêntures	TJLP	(37.121)	(1.485)	(1.237)	(1.856)	(2.320)	(2.784)
		(377.808)	(1.857)	(8.617)	(17.569)	(37.206)	(56.845)
Indexador	TR / UPR		0,96	0,80	1,20 *	1,50	1,80
	TJLP		4,00	3,33	5,00 **	6,25	7,50
	US Dólar	2,09	1,87	1,56	2,34 ***	2,93	3,51

Fontes:

*Portal Brasil | ** BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento | ***Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	15	340.687	395.516
Debêntures	16	37.121	16.147
Fornecedores	17	123.079	101.163
Dívida Funcorsan	23.b	140.122	150.858
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(35.467)	(27.168)
(-) Aplicações financeiras	6	(23.413)	(25.085)
Dívida líquida		582.129	611.431
Patrimônio		1.137.830	592.327
Capital social e dívida líquida		1.719.959	1.203.758
Quociente de alavancagem		33,85%	50,79%

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

Tarcísio João Zimmermann

Diretor Presidente
CPF nº 167.934.710-15

Eduardo Antônio Peters

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
CPF nº 406.611.130-00

Araldo Luiz Dutra

Diretor de Gestão do PAC
CPF nº 344.285.850-04

Antonio Carlos Martins

Diretor de Operações
CPF nº 347.211.690-00

Luiz Fernando Jochims

Diretor de Expansão
CPF nº 291.745.620-53

Júlio César Riemenschneider de Quadros

Diretor Comercial
CPF nº 423.567.500-10

Antonio Gomes

Diretor Técnico
CPF nº 266.196.100-30

Ivan Edienio de Andrade

Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/RS nº 044547/O-6
CPF nº 453.273.190-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN
Porto Alegre- RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da mudança de política contábil de reconhecimento dos Benefícios a Empregados, alterada pelo CPC 33 (R1), vigente a partir de 1 de janeiro de 2013, os valores correspondentes, relativos às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 18 de março de 2014.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC RS-067795/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2013, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificado que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2013, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014, contempla o pagamento sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (25% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 39.770 mil, sendo que a Companhia registrou, no decorrer do exercício de 2013, o valor de R\$ 49.381 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte não restando, portanto, nenhum valor a ser creditado, a título de Dividendos, relativos ao exercício de 2013. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa Ernst & Young Terco e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 18 de março de 2014.

ROQUE JOSÉ COIMBRA WERLANG

SAMIR CUBAL

VALMOR JOSÉ GRIEBELER

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e treze, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 20 de março de 2014.

MARCEL MARTINS FRISON
Presidente do Conselho

TARCÍSIO J. ZIMMERMANN
Conselheiro

VERA Mª SPOLIDORO DE CUADRADO
Conselheira

CELSO ALBERICI
Conselheiro

LUIS FERNANDO SCHMIDT
Conselheiro